

Promoção Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul Fundação Friedrich Ebert	S Sindical Mercosul Mercosur	Correio Sindical Mercosul	Edição - CESI cesi@uol.com.br www.sindicatomercosul.com.br
Apoio: CLC, CAW, USWA-CA, CCOO, CISL, Solidarity Center			
Leia notícias diárias em Sindical Mercosul			

Correio Sindical Mercosul n 114 – de 08 a 16/06/02



Uruguay- nuevo Paro General -El secretariado Ejecutivo del PIT-CNT resolvió en la víspera realizar seis actos zonales el **próximo miércoles 12** cuando se lleve adelante el cuarto paro general de 24 horas en la administración de Jorge Batlle. Ayer, además, integrantes de la dirección cotidiana de la central se reunieron con el ministro Guillermo Stirling y el subsecretario Daniel Borrelli.

Durante el encuentro con las autoridades del Ministerio del Interior los representantes del PIT-CNT deslindaron responsabilidades en torno a las agresiones e insultos que recibiera el lunes el primer mandatario. Sostuvieron que a lo largo de su historia, y fundamentalmente en las movilizaciones hacia el este del 24 de enero, del 16 de abril y 24 de mayo, se ha demostrado que la central sindical actúa con "responsabilidad y seriedad".

Agregaron que más allá de que no se justifiquen los insultos es bueno recordar que el Presidente de la República, junto a la coalición de gobierno, ha llevado a miles de personas a la desocupación y a que sus familias pasen dificultades a la hora de alimentarse". (*La República* 6/6/02)

Propuestas del sector energético- Los trabajadores de UTE propusieron al Directorio del ente, en el marco de la Rendición de Cuentas, ahorros por valor de 9 millones de dólares, que duplican lo propuesto por el presidente Batlle.

Las propuestas de AUTE presentadas al directorio superan con creces las metas propuestas por el Presidente de la República, aunque no se sabe si serán aceptadas, ya que se tocan puntos neurálgicos de las nuevas formas que ha adoptado el clientelismo político en el aparato estatal.

Los trabajadores, en carta presentada hace 6 días, proponen entre otros una reducción del orden del 50% en los gastos de publicidad; reducción de los fleteros contratados; suprimir a las consultoras, contratos de personal externo en Directorio; la corrección de las remuneraciones de los funcionarios en Comisión, de modo que las mismas sean las previstas para el puesto de trabajo que desempeñaban en UTE. (*La República* 6/6/02).

CUT repudia intervenção na Previ- A CUT (Central Única dos Trabalhadores) divulgou uma nota repudiando a intervenção decretada na Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil.

"A intervenção do governo na Previ é um ato de força absolutamente inaceitável, e visa somente garantir o voto de minerva para impor sua política de gestão do fundo, sem se submeter à vontade dos participantes. Isso pode significar a volta da utilização política dos recursos da Previ (uma carteira com cerca de R\$ 38 bilhões), inclusive para fins eleitorais, o que condenamos veementemente. O atual estatuto da Previ, que o governo está renegando, foi acordado com o próprio governo em 1997, e não há sustentação técnica que justifique a intervenção, uma vez que inexistem os propalados déficits do fundo. O governo alega que haverá mais transparência, mas a intervenção possibilita, na realidade, obscurecer a gestão da Previ e abrir as portas para desvios "autorizados" de recursos, que são dos participantes e não do governo ou do Banco do Brasil. Também não é verdade a alegação governamental que a atual gestão compartilhada do fundo -entre diretores indicados pelo BB e outros indicados pelos participantes- gera impasses

que emperram a administração da Previ. Desde 1998, quando o atual modelo foi implementado, a diretoria e o conselho deliberativo da Previ tomaram 4.236 decisões. Apenas três não foram aprovadas, porque houve choque de interesses entre os participantes e o BB. Por tudo isso, repudiamos taxativamente a intervenção na Previ e esperamos que a boa ética prevaleça. João Felício". (*Folha*, 5-06-02)

Metalúrgicos da CUT vão aos EUA discutir barreiras ao aço brasileiro- Com o objetivo de buscar a retirada da taxação americana sobre o aço brasileiro, uma delegação composta por oito dirigentes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM-CUT) vai aos EUA, entre os dias 8 e 17 de junho. Na pauta, estão programados encontros com o sindicato dos siderúrgicos americano (USWA, filiado à AFL/CIO), a fim de traçar uma estratégia de cooperação entre sindicalistas e trabalhadores brasileiros e norte-americanos; reuniões com o AFL-CIO e com o embaixador do Brasil nos EUA, Rubens Barbosa no dia 14 de junho. Além disso, estão programadas visitas às empresas siderúrgicas US Steel Mon Valley (em Pittsburgh), LTV (em Cleveland), WCI (em Ohio) e Beth Sparrows Point (Baltimore)

De acordo com o secretário-geral da CNM-CUT, Fernando Lopes, a perspectiva da delegação da CNM-CUT é voltar dos EUA com um compromisso firmado com os companheiros americanos de pressionar o governo americano a retirar as barreiras ao aço brasileiro. "O apoio de nossos companheiros siderúrgicos da USWA será fundamental para garantir os empregos e condições de trabalho nas siderúrgicas brasileiras", declara. (*CNM Internacional*, 6-06-02).

Brasil emprega pouco no setor público, revela OIT- O Brasil é um dos países que menos emprega no setor público, em relação ao total de pessoas ocupadas na população, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (atualizado por técnicos do BNDES), que constatou, com base em dados do Censo de 1996, que o Brasil tinha, em estatais e no setor público federal, estadual e municipal, apenas 11,5% do total de pessoas ocupadas. Em 64 países avaliados pela OIT, apenas seis têm percentual menor, entre eles Japão, Colômbia e África do Sul. Os Estados Unidos e o México tinham, no setor público, em torno de 16% dos ocupados; Canadá e Alemanha, quase 20%. Segundo os pesquisadores do BNDES, o Censo de 2000 indica que o percentual, já baixo, de servidores em relação à população ocupada, baixou nos últimos anos, para cerca de 10%.

O trabalho do BNDES confirma que, apesar da contenção salarial imposta ao funcionalismo, os salários no setor público, especialmente na administração federal e nas empresas estatais, são, em média, melhores que os do setor privado - embora os empregados nas administrações municipais recebam salários bem próximos ou até inferiores aos da média salarial da população ocupada. A remuneração média dos trabalhadores públicos no país está em torno de 6,9 salários mínimos; a média da população ocupada é de 3,9 mínimos. (*Valor Econômico*, 03/06/02)

Crisis genera conflicto en planta de refrescos- Los trabajadores de Coca Cola instalaron ayer una carpa frente a la planta embotelladora de la empresa, en rechazo a los que califican de "persecución sindical". La empresa decidió enviar a 84 funcionarios al Seguro de Desempleo a partir del 1º de junio, de los cuales 26 son dirigentes actuales o ex dirigentes del sindicato de trabajadores.

En primera instancia se pensó que se trataba de envíos al Seguro de Desempleo, pero la patronal manifestó que no cumplirá con la cláusula del acuerdo vigente que establece un período de 45 días para definir la reubicación del trabajador. La patronal les comunicó ayer por la mañana que tampoco abonará el complemento de sueldo a los trabajadores amparados en el Seguro de Desempleo. A esta situación particular, se agrega que ninguna empresa de la bebida abonará el 7% de aumento a partir del 1º de mayo, previsto en el convenio salarial vigente para todo el sector.

El dirigente Antonio Adourian calificó la situación como "muy grave", señalando que es la primera vez en muchos años que enfrentan un conflicto con características de persecución sindical. A estos despidos se agregarán otros, debido a la reducción de los volúmenes de ventas". (*La República* 4/6/02).

Cresce o desemprego entre jovens- Nos primeiros quatro meses de 2002, a média de desemprego aberto entre as pessoas com 15 a 17 anos é de 17,4% da população economicamente ativa (PEA), o que representa um aumento de quatro pontos percentuais ante a média do ano passado. Entre os jovens com 18 a 24 anos, o desemprego subiu dos 12,5%,

registrados no primeiro quadrimestre de 2001, para 14,1% da PEA no mesmo período deste ano, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa também cresceu nas demais faixas etárias, mas próximo a um ponto percentual. O desemprego aberto no período ficou em 7,1%. Quase 50% dos ocupados entre 18 e 24 anos trabalham no setor de serviços. Outros 32% dividem-se entre um trabalho na agricultura e na indústria. (*Valor Econômico*, 04/06/02)

El desempleo continúa a crecer en Uruguay- En el informe sobre hogares del Instituto Nacional de Estadística (INE) correspondiente al trimestre febrero-abril se señala que la tasa de desempleo se ubicó en 15%, lo que marca un incremento de 0,2% con respecto a trimestre móvil anterior (enero-marzo).

En Montevideo la tasa de desempleo llegó a 15,1% (se incrementa en 1,1%). Dentro de la encuesta se observa como el 54% de los desempleados no exige ninguna condición a la hora de obtener un trabajo.

El ingreso medio de los hogares se estimó en \$12,306, lo que determinará en términos reales una disminución de 5,6% con respecto a un año atrás, cuando llegaba a \$13,041.

En Montevideo, el ingreso medio se ubica en \$15.113. En comparación con igual período de 2001, la caída es de 4,9%. (*La República* 5/6/02).

Levantan protestas en todo el país- Los principales líderes de las organizaciones campesinas que se movilizaron por más de dos semanas en todo el país celebraban lo que consideraron un gran triunfo del campesinado. Marcial Gómez, secretario general adjunto de la Federación Nacional Campesina (FNC) y representante de esta organización en el Congreso Democrático del Pueblo, anunció que todas las protestas en todo el país quedaban levantadas luego de que cinco de los seis puntos planteados a las autoridades nacionales habían tenido respuesta favorable. El dirigente dijo que la FNC se sentía satisfecha con los logros y que comenzaban los festejos en la ciudad de Caacupé, en donde se llegó a un acuerdo final con legisladores y autoridades de la Presidencia de la República.

Las autoridades de la Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (MCNOC) se mostraron más escépticas ante las promesas de las autoridades. Sus seguidores aguardaban una prueba por escrito de que las exigencias habían sido cumplidas. Por su parte la huelga de los trabajadores prevista por tiempo indefinido quedó en cuarto intermedio tras la decisión de suspender la Ley 1.615. La decisión de levantar por el momento la huelga obedece también a que oportunistas y sectores fascistas como el oviedismo quieren aprovecharse de estas movilizaciones para acceder al poder político. No obstante, estarán vigilantes para evitar cualquier otra intención de las autoridades de volver a presentar una legislación semejante. Advirtió que si eso ocurre volverán a convocar la huelga general, porque más que nunca se debe defender la soberanía nacional conformado por los entes públicos (*ABC Color*, 6.06-02).

La CGT presiona por los salarios- La CGT oficial tiene en planteado carpeta un plan de lucha para el caso que el Gobierno lleve a largas el reclamo de un aumento salarial. El tema quedará formalmente cuando se reúna el consejo directivo de esa central. Antes de hacer nada aguardarán un nuevo contacto con la ministra de Trabajo, Graciela Camaño, quien les garantizó una "participación activa" del Gobierno, siempre y cuando los gremios alcancen preacuerdos con las cámaras empresarias para mejorar el nivel de sueldos.

Hasta acá, la administración Duhalde no presentó una posición homogénea sobre la cuestión salarial. Al admitir el deterioro de los salarios, por culpa de la estampida inflacionaria, el Presidente habló de la conveniencia de pensar en una próxima convocatoria del Consejo del Salario Mínimo. Pero dejando en claro que la prioridad es alcanzar primero un acuerdo con el Fondo Monetario; posición sustentada por el jefe del Gabinete, Alfredo Atanasof y el ministro de Economía, Roberto Lavagna. Camaño y su viceministra Noemí Rial, en cambio, promueven el otorgamiento de un incremento salarial, a través de una suma fija de 50 a 100 pesos para todos los trabajadores. Ambas funcionarias están a favor de la "gran paritaria

La Unión Industrial Argentina (UIA) expresó ante la ministra de Trabajo, Graciela Camaño, algunos reparos sobre un posible aumento salarial. Según se supo, la entidad no está en favor de un incremento salarial.

Además, los empresarios se manifestaron en contra de la prórroga por 180 días hábiles de la doble indemnización por despidos (hasta marzo próximo), decidida por el Gobierno. (*La Nación*, 06-06-02).

Atanasof y el ministro de Economía, Roberto Lavagna. Camaño y su viceministra Noemí Rial, en cambio, promueven el otorgamiento de un incremento salarial, a través de una suma fija de 50 a 100 pesos para todos los trabajadores. Ambas funcionarias están a favor de la "gran paritaria

nacional" que reclama la CGT mayoritaria. Lo que sí les preocupa es cómo presentar un aumento para los trabajadores del sector privado, excluyendo de cualquier beneficio a los agentes de la administración pública y a los jubilados.

Por su lado, la CGT disidente de Hugo Moyano reclamó al Gobierno que convoque al Consejo del Salario Mínimo para actualizar los haberes, antes de discutir un plan productivo nacional en el ámbito del Consejo Económico y Social. (*Clarín*, 04-06-02).

Amenazado Presidente Nacional de la USO

La Central Unitaria de Trabajadores de Colombia CUT, por intermedio del Departamento de Derechos Humanos, denuncia ante la comunidad nacional e internacional la grave situación de terrorismo de Estado a que es sometida la dirigencia sindical en Colombia. A partir de el día 30 de mayo se han incrementado las amenazas de muerte contra el compañero Hernando Hernández Pardo, Presidente del Sindicato de Industria del Petróleo –USO.

Llamamos a mantener la solidaridad con el movimiento sindical colombiano y a exigirle al gobierno y a ECOPETROL garantías para el ejercicio de la actividad sindical. Es de anotar que hasta la fecha la CUT contabiliza 71 asesinatos de sus afiliados en lo corrido del presente año.

Por eso, una vez más, es válida la solicitud de la Comisión de Encuesta para el gobierno colombiano por parte de la Organización Internacional del Trabajo.

Bogotá, D.C., 31 de mayo de 2002

Fdo.

JESÚS A. GONZÁLEZ LUNA
Director Dpto. Derechos Humanos

Fdo.

DOMINGO TOVAR ARRIETA
Director Dpto. Organización



A crise se agrava no Paraguai- No Paraguai houve uma escalada da crise. Na terça-feira, 5 mil camponeses e trabalhadores que marchavam em direção a Assunção, para protestar, entre outras coisas, contra o programa de privatização do governo, entraram em choque com a polícia, no qual morreu uma pessoa e pelo menos seis ficaram feridas. O incidente foi usado como pretexto para a oposição liberal pedir a renúncia do presidente Luís González Marchi. Sem poder contar com o apoio de seu próprio partido, o Colorado, profundamente dividido desde que o general Lino Oviedo tentou derrubar o então presidente Juan Carlos Wasmosy, em 1996, Marchi suspendeu o leilão de privatização da telefônica estatal Copaco, para "pacificar" o país. Em seguida, o Senado suspendeu a tramitação do projeto que autorizava o governo a privatizar a Copaco, a companhia de água e esgoto Essap e a rede ferroviária do Paraguai.

Na tentativa de apaziguar os manifestantes, o presidente Marchi já havia concordado em retirar do Congresso os projetos de reforma dos bancos estatais, da lei antiterrorista e de concessão de rodovias. Concordara, também, em reduzir as alíquotas do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que incide sobre produtos e insumos agrícolas.

Em um mês, o guarani teve uma desvalorização de cerca de 10% em relação ao dólar e o Banco Central tem capacidade muito limitada para intervir no mercado, pois suas reservas apenas bastam para cobrir os compromissos internacionais do Paraguai.

A derrogação do processo de privatização, agravará a situação cambial do país. Em primeiro lugar, porque a decisão do Senado muda o quadro das negociações que as autoridades monetárias vinham mantendo com o FMI para obter um socorro de US\$ 60 milhões que aliviaria as pressões sobre as reservas cambiais. Em segundo lugar, porque o país deixará de obter um ingresso de US\$ 200 milhões a US\$ 300 milhões que era esperado com a venda da Copaco. Essa receita seria equivalente à que o Paraguai obtém anualmente com a venda da energia de Itaipu para o Brasil e que corresponde a cerca de 25% do orçamento nacional. Esse dinheiro possibilitaria a liberação de empréstimos já concedidos pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas que estão retidos por falta de contrapartida do governo paraguaio, para obras públicas que ajudariam a aquecer a economia.

O fim do programa de privatizações deverá acalmar temporariamente as organizações sindicais que patrocinavam a marcha sobre Assunção, mas isso não aumenta a estabilidade do governo Marchi. Apenas aumenta as incertezas sobre o futuro político do Paraguai. (**Editorial**) (*Estado de São Paulo, 07/06/02*)

Brasil se prepara para a presidência do Mercosul- A partir da próxima reunião de cúpula do Mercosul, na primeira semana de julho, o Brasil assumirá, por seis meses, a presidência temporária do bloco, e Fernando Henrique quer que o governo brasileiro apresente uma lista de propostas para decidir pendências comerciais entre os parceiros, incentivar o comércio regional - que caiu a menos da metade neste ano - e avançar nas negociações com outros países.

Um grupo de trabalho, comandado pelo secretário de Assuntos Comerciais, Econômicos e de Integração do Itamaraty, embaixador Clodoaldo Hugueney, fará uma lista de todos os assuntos pendentes e, em 15 dias, apresentará ao presidente sugestões para resolver os problemas.

Um dos temas é o Convênio de Crédito Recíproco (CCR), que está sendo estudado pelo Ministério da Fazenda e o Banco Central.

Fernando Henrique quer que o Brasil tenha uma participação ativa também isoladamente em negociações comerciais como as da OMC, ou para acordos bilaterais de derrubada de barreiras às exportações. Mas não quer que essa ação seja vista como o abandono do projeto do Mercosul, que continua acreditando ser um projeto "estratégico" para o país. Mostrar que o Mercosul pode sobreviver, apesar da crise nos quatro sócios do bloco, foi a tarefa que encomendou aos ministros e ao grupo de trabalho recém-criado. (*Valor Econômico, 06/06/02*)

Analizan aumento del AEC en el Mercosur- La "Cadena Productiva de Arroz" del Mercosur, integrada por productores, industriales y exportadores del sector, están analizando el aumento del Arancel Externo Común (AEC) para contrarrestar los subsidios agrícolas aprobados por el gobierno de Estados Unidos para sus productores, informó el presidente de la Asociación de Cultivadores de Arroz (ACA), Hugo Manini. En las deliberaciones se procuran acuerdos entre privados para "protegernos de la ley de subsidios agrícolas de los Estados Unidos" que llevaría a arruinar a los productores arroceros de esta parte del mundo. Uruguay propuso a sus pares de la "Cadena del Arroz" la fijación --por parte de los gobiernos del Mercosur-- de un AEC del 35%, con el fin de contrarrestar la política de subsidios agrícolas de los Estados Unidos. Los empresarios también quieren crear una entidad privada, que tendría sede en Montevideo, para administrar el comercio de arroz dentro del Mercosur (*La República, 7-06-02*).

Itamaraty ameaça romper acordo com andinos- O governo brasileiro ameaça não renovar o acordo comercial com os países da Comunidade Andina (CAN) que garante descontos nas tarifas de importação para o comércio bilateral. Esse acerto expira no dia 30 de junho e, se não for revalidado, prejudicará empresas exportadoras dos dois lados.

Os dois blocos discutem há cerca de um ano e meio a criação de uma zona de livre comércio. A idéia é que um acordo desse tipo, mais abrangente, possa substituir os entendimentos bilaterais já assinados entre os andinos e, separadamente, Brasil e Argentina. Do fim de 2000 para cá, porém, houve pouquíssimos avanços. Agora as negociações correm o risco de ser paralisadas.

O grande entrave é a resistência dos andinos em reduzir o número de produtos considerados sensíveis, que têm um período mais lento para a eliminação completa das tarifas. Por pressão do Mercosul, os cinco países que compõem a CAN - Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador - já diminuíram os bens colocados nessa categoria de 2,8 mil para 2,1 mil.

Os negociadores brasileiros também se recusam a aceitar o prazo para a redução das alíquotas dos produtos sensíveis. Os andinos pedem 20 anos. Só a Venezuela inclui nessa solicitação 1,1 mil bens, nos setores têxteis, siderúrgico, agrícola, de plástico e borracha.

O Itamaraty deu um ultimato aos negociadores andinos: só volta a se reunir com eles, para discutir o acordo de livre comércio, quando houver uma proposta concreta por parte da CAN para superar o impasse. As exportações brasileiras, principalmente no setor de bens de capital, se beneficiam dessas alíquotas diferenciadas. A vantagem da CAN, porém, é ainda maior. Espera-se um novo encontro ainda neste mês. (*Valor 04/06/02*)

A integração continental- Fortalece-se um movimento que poderá representar o maior passo dado até hoje para impulsionar econômica e politicamente toda a área meridional do continente. Trata-se da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul (Irsa),

que, criada em cúpula presidencial celebrada em 2000 em Brasília, realizou na última semana naquela capital a terceira e mais importante conferência de seu Comitê de Direção Executiva. Ministros, técnicos, representantes de três organismos de financiamento e, pela primeira vez, empresários de 12 países debateram a definição de grandes investimentos nos setores de transportes, telecomunicações e energia, como um primeiro passo para a inserção continental nos mercados globais.

O que difere a Irsa de projetos similares é o fato de que, enquanto esforços como os voltados para a implantação de áreas de livre comércio visam a objetivos de caráter mais imediato, aquela se volta a um gênero de integração mais ambicioso e de mais longo prazo, de forma a articular política e economicamente as nações sul-americanas. Como afirmou o presidente Fernando Henrique Cardoso, hoje "talvez seja mais fácil a integração física do que os tratados comerciais". Isso não significa abandono destes últimos, mas uma aposta decidida em ações conjuntas que independam de intercâmbios já em curso. E há aliás uma razão bastante concreta para tanto: enquanto nos países desenvolvidos e emergentes as inversões em novos empreendimentos bate em cerca de 25% do investimento global, entre os latino-americanos a média não chega a 7%. Decorre daí a prioridade conferida pela Irsa à infra-estrutura: foram selecionados já 123 projetos, que demandarão algo ao redor de US\$ 41,1 bilhões, destinados somente a dois eixos preferenciais, os denominados Mercosul-Chile e Interoceânico. Não é preciso dizer que o grande agente financiador das obras previstas será a iniciativa privada. Para reduzir o risco das aplicações, os organismos multilaterais que apóiam a Irsa - o BID, encarregado da coordenação operacional, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) -avalizarão diretamente os empréstimos, buscando neutralizar assim as oscilações políticas de cada país.

Estamos diante de empresa cuja magnitude há de requerer ainda longas negociações, em especial na parte relativa aos financiamentos. A seriedade e a objetividade que caracterizou a conferência de Brasília, na última semana, alenta no entanto expectativas favoráveis quanto ao seu futuro, em particular porque os sul-americanos tomam consciência de que não são ilhas dispersas, mas um continente que embora pouco homogêneo pode e deve privilegiar a unidade na diversidade. (*Editorial*) (Zero Hora, 03/06/02)

Brasil, Peru e Equador discutem integração- A integração física entre Peru e Brasil, em projeto que envolve também o Equador, é um dos principais temas tratados dias 6 e 7, em Brasília, pelo chanceler peruano Diego García-Sayán, dando sequência a entendimentos mantidos há três meses pelos presidentes dos três países, que pretendem impulsionar a cooperação a partir do projeto de integração sul-americana, principal tema da segunda cúpula do sub-continente em julho, no Equador.

Para a integração específica, os três países querem aproveitar o Eixo Intermodal Amazônico, um dos sete eixos regionais dentro do projeto de integração sul-americana. Trata-se de projeto para ligar portos do Equador e do Peru a Manaus, aumentando a cooperação econômica e comercial entre os três países. No âmbito de Brasil e Peru, trata-se da integração dos rios Amazonas e Marañón, de Manaus ao Porto de Sarameniza, seguindo o porto de Paita, em Piura, Peru. (*Gazeta Mercantil*, 06/06/02)



La ley agrícola de los EE.UU. implica un revés muy serio para la Argentina- Dos años atrás se realizó un trabajo que evaluó el costo que representaban los subsidios agrícolas del resto del mundo para la economía argentina. Los resultados, aún con estimaciones prudentes, mostraron costos enormes. Si se eliminaran tales subsidios, la Argentina aumentaría como mínimo un 25% el valor de sus exportaciones totales y se generaría beneficios para toda la economía equivalentes a casi US\$ 5000 millones por año.

La nueva ley agrícola de EE.UU., promulgada por el presidente George W. Bush el lunes 13 de mayo, revirtió esa tendencia con consecuencias nefastas para nuestro país. El daño para la Argentina es doble: afecta directamente sus exportaciones agropecuarias y socava las

oportunidades de una exitosa negociación agrícola multilateral en la Organización Mundial del Comercio (OMC). Con la ley agrícola 2002, no sólo se subió la autorización presupuestaria para gastar en programas agrícolas del gobierno sino que se reintrodujeron los subsidios más distorsivos a la producción, abandonados en 1996. Argentina se ve afectada también porque la nueva ley eleva todos los subsidios e introduce nuevos programas de apoyo para productos que la Argentina también exporta a terceros y a los EE.UU. Es el caso de la miel, el maní y los lácteos. Como un adicional, se añade una pequeña cláusula que puede convertirse en una gran barrera paraarancelaria. La nueva ley exige el comienzo de un programa de etiquetado que designe el origen de cada producto, al principio voluntario, y lo convierte en obligatorio en un plazo de dos años. (*La Nación*, 02-06-02).



Brasil torna-se provedor de carros globais - O mundo todo consome hoje 60 milhões de veículos por ano. O Brasil conseguiu avançar duas posições nos últimos meses, alcançando o décimo lugar entre os maiores fabricantes de veículos do planeta. Mas já está em quarto no ranking dos carros pequenos, atrás somente dos Estados Unidos - o maior mercado do mundo - França e Espanha. O caminho para o desenvolvimento dessa vocação de provedor mundial começou a ser trilhado com o lançamento dos pequenos carros globais. A fórmula é simples. Copiar os projetos dos modelos compactos do Primeiro Mundo e adaptá-los para o Terceiro, incluindo o próprio mercado interno.

Apesar de o lançamento de carros mundiais estar aumentando, os principais mercados são muito diferentes entre si, lembra o sócio da operação da Roland Berger Strategy na América Latina, Wim van Acker. Nesse quadro, o Brasil tende a se transformar nesse centro de desenvolvimento de veículos para emergentes. O consultor lembra que a idéia de lançar carros iguais em diferentes mercados visa a redução de custos. Isso significa ter um "design" padrão, com pelo menos 50% de especificações comuns para mercados distintos. Todas as montadoras mais importantes do mundo acabam de concluir suas instalações ou a expansões no país e querem fazer valer a aposta no potencial da região, embora até agora as novas fábricas só tenham servido para elevar a capacidade ociosa do setor a perto de 40%.

Para Paulo Butori (Sindipeças) está ocorrendo uma nova guerra entre marcas e entre montadoras e fornecedores devido a um "choque de oferta", que surgiu a partir de 1995, com a decisão do governo brasileiro de incentivar a instalação de mais fábricas de carros no país. Ao atrair investimentos que já somaram US\$ 20 bilhões, o chamado regime automotivo provocou o aumento da capacidade para mais de 3 milhões de veículos por ano. O mesmo quadro provoca um déficit na balança comercial de autopeças, que poderá chegar a US\$ 500 milhões no ano. Segundo Butori, o nível de investimentos no setor tende a cair. A média de investimentos da indústria de componentes já caiu de US\$ 1,1 bilhão em 2000 para US\$ 800 milhões no ano passado e deverá diminuir ainda mais, para US\$ 720 milhões, neste ano.

Para que um "choque de demanda" atinja o mercado brasileiro, os executivos das empresas apontam a necessidade de criar estímulos, como a criação de um programa de renovação da frota, ou a redução de impostos -do total de 1,3 milhão de carros de passeio vendidos no ano

GM advierte sobre exceso de capacidad instalada

instalada- General Motors (GM) advierte que existe exceso de capacidad instalada en el MERCOSUR según su director gerente local, el colombiano Jaime Ardila. "Está utilizándose menos del 50% de la capacidad de la Argentina y Brasil. En la Argentina, por debajo del 30 por ciento. El futuro de la industria automotriz está en la exportación, no sólo a Brasil, sino a terceros", opina el empresario. "La mejor opción para la Argentina es especializarse en algunos modelos y exportarlos a mercados similares al suyo en preferencias del consumidor. Nosotros, además de exportar a Brasil, orientamos la producción a México, Chile, Uruguay y Paraguay. A partir de octubre venderemos a países de Medio Oriente, como los Emiratos Árabes y Arabia Saudita. Si no hay una recuperación importante del mercado doméstico en los próximos años, habrá una reducción en la capacidad instalada, pero nosotros nos quedaremos. (*La Nación*, 04-06-02).

passado, 979 mil levaram motor 1.0 - a chamada versão popular -, porque a carga tributária menor os transforma numa espécie de coqueluche.

Mas, a questão esbarra na falta de consenso entre as montadoras que estão rachadas na questão da alteração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis. Do lado da aversão da indústria a esse fenômeno estão General Motors e Volkswagen. Em favor da manutenção da alíquota de IPI mais baixa (10% para populares e 25% para os demais) estão Fiat e Ford, que investiram mais em modelos que tiram proveito dessa vantagem fiscal. (*Valor conômico*, 03/06/02)

Relaciones económicas y comerciales Brasil y Argentina en baja

Buscan quitarle conflictos al Mercosur

En lo que va del año, por la devaluación del peso y la depresión económica, las ventas de Brasil a la Argentina cayeron un 60%. Y aunque las exportaciones argentinas a Brasil disminuyeron un 25%, en apenas 5 meses la Argentina acumula un saldo comercial favorable de casi 1.300 millones de dólares, tres veces más que el alcanzado en igual período del año pasado.

Preocupado por estas cifras, el embajador de Brasil en la Argentina, José Botafogo Goncalvez, le dijo a Clarín que plantearon cambiar tres puntos de las relaciones comerciales entre los dos países :

· **Autos:** Las unidades que las terminales argentinas exportan a Brasil tienen un alto nivel de autopartes provenientes de Europa porque se importan con un arancel del 2%. "No queremos interrumpir los envíos argentinos a Brasil pero planteamos que se reserven los componentes a piezas fabricadas en el Mercosur y, por supuesto, en Brasil. Así se podrían equilibrar con autopartes brasileñas las ventas de autos argentinos a Brasil", dijo Botafogo.

Antidumping: Todavía pesan sobre empresas brasileñas denuncias de antidumping que para Brasil no tienen fundamento pero que ahora, con el peso devaluado.

Compensación: Además de las diferencias de cambio y la recesión argentina, los exportadores brasileños no están vendiendo en la Argentina por la incertidumbre de poder cobrar esas ventas. Brasil propone ampliar el cupo de compensación comercial, con lo que los exportadores brasileños cobrarían por sus ventas compensando el saldo favorable argentino, sin necesidad de "pasar" por el dólar.

Los reclamos brasileños fueron escuchados por la Cancillería argentina. El secretario de Relaciones Económicas, Martín Redrado, le dijo a este diario que subió la apuesta y propuso que a cambio de reducir las importaciones de autopartes de extrazona, Brasil amplié la cantidad de autos que la Argentina pueda exportar a Brasil, subiendo la relación de intercambio de 1,6 a 1 a más de 2 a 1. O sea, que por cada dólar de autos y autopartes que la Argentina importe de Brasil pueda exportar más de 2. Respecto de "limpiar la mesa", Redrado dijo que era razonable y sobre las compensaciones adelantó que funcionarios de ambos bancos centrales discutirán en los próximos días cómo ampliar los llamados CCR.(Créditos Recíprocos).

Sin embargo, ambos funcionarios admitieron que el tema de fondo es la recesión que ahora parece que llegó a Brasil. Por ejemplo, con una capacidad anual de 3 millones de autos, Brasil está produciendo 1,6 millones. Y el último mes, la producción automotriz cayó el 15%. (Clarín/Argentina, 07/06/02)

Las firmas brasileñas reducen sus inversiones en la Argentina- La **textil Hering**, terminó de cerrar a principios de año su cadena de cinco locales propios-la decisión fue adoptada a partir de la caída de ventas del año pasado y de la devaluación del peso, que encareció las importaciones de ropa desde Brasil.

El frigorífico **Sadia** cerró el mes pasado su planta bonaerense de Garín, donde envasaban carnes de cerdo y pollo provenientes de Brasil. No sólo impactó la devaluación sino también el cobro con bonos provinciales.

Las líneas aéreas **TAM y Varig** recortaron frecuencias de vuelos entre ambos países y decidieron usar aviones más pequeños. **Pluma** disminuyó a la mitad sus viajes y despidió a más del 50% de sus empleados.

Electrofrío, fabricante de productos eléctricos de refrigeración, se marchó, mientras que Inepar, productora de maquinaria para el sector eléctrico, recortó inversiones, según fuentes empresariales brasileñas. La constructora Odebrecht puso el freno.

Las excepciones: **Petrobras** dice que mantiene su visión estratégica en el país y planea invertir este año US\$ 8 millones en la ampliación de su refinería en Bahía Blanca y US\$ 20 millones en exploración; **Gerdau** estudia inversiones en San Luis y los bancos **Itaú y Bradesco** no se van. (*La Nación*, 05-06-02).